

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.826 - SE (2019/0252250-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MARIA EUNICE DO NASCIMENTO
ADVOGADO : GISELE VIRGINIA MARQUES REPOLHO SOARES - SE003906
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA EUNICE DO NASCIMENTO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 838):

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POR MEIO DE APELAÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL APÓS ENTRADA DO PEDIDO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAGIR À DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO A CONTAR DA COMPROVAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL.

1. Cuida-se de apelação interposta contra sentença que julgou parcialmente procedente pedido da parte autora que visava à concessão do benefício de pensão por morte, na qualidade de companheira de falecido segurado.
2. Alega a parte autora, em resumo, haver sido equivocado o fundamento constante da sentença, na medida em que, a despeito da comprovação da união estável ter sido posterior, haveria sido demonstrado nos autos que ela já existia no momento do requerimento administrativo.
3. A norma de regência do benefício observa a data do óbito. *In casu*, disciplina-o a Lei 8.213/91, arts. 74 e seguintes, com as alterações da Lei 9.528/97, sendo os requisitos para obtenção da pensão por morte: a relação de dependência do pretendente da pensão para com o "de cujus" e a qualidade de segurado da Previdência Social deste, à época do óbito.
4. No caso concreto, o que se discute é o termo inicial do benefício, pois a sentença determinou que a pensão por morte fosse concedida somente a partir da data da intimação da decisão que deferiu a tutela de urgência, pois a parte autora somente comprovou a união estável com o segurado em data posterior ao processo administrativo, por ocasião de apelação em processo que tramitou perante a Justiça Estadual. Entendo que não merece reparos a sentença, pois a parte autora somente conseguiu provar a sua união estável com o segurado instituidor da pensão por meio de (Apelação n. 201500703099), que tramitou perante a Justiça Estadual em momento posterior ao requerimento administrativo.
5. Apelação improvida e determino a elevação dos honorários advocatícios de 10% para 11% sobre o valor da condenação, a título de honorários recursais, com aplicação da Súmula 111 do STJ. Atentando-se para isenção e, consequente, suspensão de sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 867/870).

Nas suas razões, a recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 74, III, da Lei 8.213/1991, sustentando que, embora a união estável tenha sido comprovada posteriormente, por sentença, resultou demonstrado que ela

já existia no momento do requerimento administrativo.

Requeru, dessa forma, o reconhecimento do termo inicial do benefício a partir do requerimento administrativo (05/03/2013), ou, caso assim não entenda, da sentença que reconheceu a União estável (31/10/2014) (e-STJ fl. 869).

Após apresentação de contrarrazões às e-STJ fls. 896/898, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, a agravante sustenta que não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

O acórdão recorrido consignou que "a parte autora somente conseguiu provar a sua união estável com o segurado instituidor da pensão por meio de (Apelação 201500703099), que tramitou na Justiça Estadual em momento posterior ao requerimento administrativo" (e-STJ fl. 869). [sic]

No entanto, observa-se que o acórdão recorrido, ao confirmar sentença que havia fixado o termo inicial do benefício a partir da data da intimação da decisão que deferiu a tutela de urgência (e-STJ fls. 725/726) em hipótese em que houve pedido administrativo, destoou da orientação deste Tribunal.

Com efeito, prevalece nesta Corte a orientação de que o "termo inicial do benefício deverá ser, a partir da data do efetivo requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal, uma vez que é uníssona a orientação de que a formulação de requerimento administrativo suspende a contagem prescricional, cujo curso retomará com a decisão final da Administração sobre o pleito" (AgRg no REsp 1.362.580/RJ, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, julgado em 25/04/2017, DJe 08/05/2017). (Grifos acrescidos).

Na esteira da aludida compreensão, a Primeira Seção ratificou o entendimento, esclarecendo que "a comprovação extemporânea da situação jurídica consolidada em momento anterior não tem o condão de afastar o direito adquirido do segurado, impondo-se o reconhecimento do direito ao benefício previdenciário no momento do requerimento administrativo, quando preenchidos os requisitos para a concessão da

aposentadoria" (Pet 9.582/2015, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 16/09/2015).

No mesmo sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TERMO INICIAL DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "conquanto o autor tenha formulado requerimento administrativo, o termo inicial deve ser fixado na data da citação (29/03/2010 - fl. 264), haja vista que apenas com a elaboração em juízo do laudo pericial de fls. 495/502 é que foi possível o reconhecimento dos períodos especiais requeridos e a concessão da aposentadoria especial" (fl. 625, e-STJ).

2. A orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, havendo requerimento administrativo, como no caso, este é o marco inicial do benefício previdenciário. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. **A Primeira Seção do STJ, no julgamento da Pet 9.582/2015, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 16.9.2015, consolidou o entendimento de que "a comprovação extemporânea da situação jurídica consolidada em momento anterior não tem o condão de afastar o direito adquirido do segurado, impondo-se o reconhecimento do direito ao benefício previdenciário no momento do requerimento administrativo, quando preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria".**

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1.656.156/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 02/05/2017) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para fixar o termo *a quo* do benefício na data do requerimento administrativo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator